



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2968 - PR (2021/0216349-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : MUNICIPIO DE GUARAPUAVA
PROCURADOR : GUSTAVO ANTONIO FERREIRA - PR058495
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
INTERES. : TRANSPORTES COLETIVOS PÉROLA DO OESTE LTDA
ADVOGADOS : EDUARDO TALAMINI - PR019920
ANDRÉ GUSKOW CARDOSO E OUTRO(S) - PR027074
FELIPE SCRIPES WLADECK - PR038054

DECISÃO

Cuida-se de suspensão de liminar e de sentença ajuizada pelo MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA contra decisão concedida pelo relator do Agravo de Instrumento n. 0003748-87.2021.8.16.0000, que tramita no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A decisão impugnada deferiu tutela recursal requerida pelo ora interessado, Transportes Coletivos Pérola do Oeste Ltda., "a fim de determinar que o ente municipal conceda subsídio para fins de manter o desenvolvimento do transporte público municipal, em valor a ser sopesado pelo ente público, de acordo com a tabela técnica do órgão competente" (fl. 96).

Sustenta o requerente, com isso, a ocorrência de lesão à saúde, segurança, economia e ordem públicas, na medida em que, "ao determinar que o Município implante imediato subsídio financeiro mensal à concessionária, para literalmente bancar seu prejuízo, o e. Relator desconsidera todas as proposições administrativas propostas e já efetuadas pelo Poder Público municipal em favor da recorrida" (fl. 7).

Alega que a referida decisão lesiona os bens tutelados pela lei de regência, pois "acaba por impactar diretamente os cofres públicos municipais, inviabilizando, pela via reflexa, a concretização das políticas públicas no combate à pandemia da COVID-19" (fl. 7).

Aduz que "a decisão impugnada desconsidera por completo o arcabouço jurídico normativo vigente e a competência municipal em estabelecer normas para regulamentar subsídios financeiros emergenciais" (fl. 8).

Requer, ao final, a suspensão da liminar concedida pelo desembargador relator do Agravo de Instrumento n. 0003748-87.2021.8.16.0000, da 5ª Câmara Cível do

É, no essencial, o relatório. Decido.

Cabe a suspensão de liminar em ações movidas contra o Poder Público se houver manifesto interesse público ou flagrante ilegitimidade e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, não servindo o excepcional instituto como sucedâneo recursal para exame do acerto ou do desacerto da decisão impugnada (art. 4º da Lei n. 8.347/1992).

Frise-se que a lesão ao bem jurídico deve ser grave e iminente, devendo o requerente demonstrar, de modo cabal e preciso, tal aspecto da medida impugnada. Nesse sentido, veja-se precedente:

AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE LIMINAR. LESÃO À ORDEM E ECONOMIA PÚBLICAS NÃO DEMONSTRADA. - O potencial lesivo à ordem pública e econômica deve ser demonstrado de forma inequívoca. Precedentes.- Não se admite suspensão louvada apenas em suposta ameaça de grave lesão à ordem jurídica. Precedentes. (AgRg na SLS n. 845/PE, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJe de 23/6/2008.)

A excepcionalidade prevista na norma de regência foi devidamente comprovada, na medida em que o Poder Judiciário pretendeu substituir a decisão administrativa pela decisão judicial, desconSIDERANDO o mérito administrativo, cuja construção de seu conteúdo é de competência do Executivo, e não do Judiciário.

Não cabe a este Poder, dessa forma, atuar sob a premissa de que os atos administrativos são editados em desconformidade com a legislação, sendo presumivelmente ilegítimos. Tal conclusão configuraria subversão da lógica do direito administrativo, das competências concedidas ao Poder Executivo e do papel do Judiciário.

No caso, ao determinar que o município implante imediato subsídio financeiro mensal à concessionária, para minimizar seu prejuízo, a decisão interfere na condução das políticas públicas de atribuição do Poder Executivo e, bem por isso, se verifica a ocorrência de grave lesão aos bens tutelados pela lei de regência.

Repita-se que o Poder Judiciário não pode desconSIDERAR a presunção de legalidade do ato administrativo e imiscuir-se na seara administrativa, a fim de substituir o Poder Executivo e interferir na execução da política pública desenhada pelo gestor público.

Segundo o princípio da separação dos Poderes, não pode haver interferência indevida do Poder Judiciário na esfera de competência do Poder Executivo, sem a caracterização de flagrante ilegalidade ou desvio de finalidade, que poderia justificar, excepcionalmente, tomada de decisão substitutiva. Deve-se assegurar concretamente o

In casu, não se verifica a prática de ação administrativa ilegal por parte do ente público que pudesse justificar intervenção corretiva do Poder Judiciário. Ao interferir na legítima discricionariedade da administração pública, o Poder Judiciário acaba por substituir o legítimo processo de construção especializada da política pública escolhida por aqueles que foram eleitos pelo povo justamente para fazer esse tipo de escolha.

Nessa senda, está caracterizada a grave lesão à ordem pública na sua acepção administrativa, em decorrência dos entraves à execução normal e eficiente da política pública desenhada e estrategicamente escolhida pelo gestor público. Conforme entendimento há muito assentado no Superior Tribunal de Justiça, "há lesão à ordem pública, aqui compreendida a ordem administrativa, quando a decisão atacada interfere no critério de conveniência e oportunidade do mérito do ato administrativo impugnado" (AgRg na SS n. 1.504/MG, Corte Especial, relator Ministro Edson Vidigal, DJ de 10/4/2006).

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MEDIDA LIMINAR AJUIZADO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. REAJUSTE DA TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. Até prova cabal em contrário, prevalece a presunção de legitimidade do ato administrativo praticado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Agravo regimental provido. (AgRg na SLS n. 1.266-DF, relator Ministro Ari Pargendler, Corte Especial, DJe de 19/11/2010.)

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. DEMISSÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. INOCORRÊNCIA. MÉRITO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO PELO PODER JUDICIÁRIO. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

3. Ao Poder Judiciário compete apenas o controle da legalidade do ato administrativo, ficando impossibilitado de adentrar na análise do mérito do ato, sob pena de usurpar a função administrativa, precipuamente destinada ao Executivo.

4. Recurso a que nega provimento. (RMS n. 15.959/MT, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, Sexta Turma, DJ de 10/4/2006, grifo meu.)

AGRAVO INTERNO NA SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. AÇÃO POPULAR. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ASSESSORAMENTO. INTERFERÊNCIA

INDEVIDADO PODER JUDICIÁRIO CARACTERIZADA. GRAVE LESÃO À ORDEM PÚBLICA CONFIGURADA.1. O Superior Tribunal de Justiça entende que o deferimento do pedido de suspensão requer a demonstração de que a manutenção da decisão impugnada causa grave lesão a um dos bens tutelados pela legislação de regência.2. Na hipótese dos autos, sob o pretexto de controle do ato administrativo, houve clara lesão à ordem pública ao se substituir a decisão administrativa pela decisão judicial, desconsiderando o mérito administrativo, cuja construção de seu conteúdo é de competência do Executivo, e não do Judiciário.

Não cabe a este Poder, dessa forma, atuar sob a premissa de que os atos administrativos são editados em desconformidade com a legislação, sendo presumivelmente ilegítimos. Tal conclusão configuraria subversão da lógica do direito administrativo, das competências concedidas ao Poder Executivo e do papel do Judiciário.

3. Analisar se o contrato administrativo celebrado entre a Copel e Rothschild & Co. Brasil Ltda. para prestação de serviços de assessoria financeira em processo de alienação de ações e ativos da Copel Telecomunicações S.A. caracteriza ou não o requisito da singularidade do objeto, pela existência de diversas empresas apta a satisfazer o objeto perseguido pela estatal, é matéria de mérito da ação principal, que deve ser suscitada nas instâncias competentes, e não na via suspensiva.

Agravo interno improvido. (AgInt na SLS n. 2.654/PR, relator Ministro Humberto Martins, Corte Especial, DJe de 26/11/2020, grifo meu.)

Ante o exposto, defiro o pedido e determino a suspensão da liminar concedida pelo desembargador relator nos Autos de Agravo de Instrumento n. 0003748-87.2021.8.16.0000, da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, até o trânsito em julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente